



São Paulo, 28 de setembro de 2020.

## **Carta de apresentação das Demonstrações Financeiras**

Em consonância com regras estabelecidas na Circular BACEN nº 3.964/19, a Instituição esta disponibilizando por meio deste arquivo as Demonstrações Financeiras individuais do Banco Volkswagen S.A., para o semestre em 30 de junho de 2020.

As demonstrações e documentos apresentados são:

- Relatório da Administração;
- Balanço Patrimonial;
- Demonstração do Resultado;
- Demonstração do Resultado Abrangente;
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
- Demonstração do Fluxo de Caixa;
- Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras;
- Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria;
- Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras;

Essas Demonstrações Financeiras individuais foram aprovadas pela Diretoria em 28 de setembro de 2020 e originalmente divulgadas no sítio eletrônico da Instituição (<https://www.vwfs.com.br/volkswagen-financial-services/relacionamento-investidor/demonstracoes-financeiras>) em 28 de setembro 2020.

A Administração declara-se responsável pelas Demonstrações e documentos contidos no arquivo.

JÖRG MICHAEL PAPE  
Presidente - Comitê de auditoria

RODRIGO OTÁVIO ROCHA CAPURUÇO  
Diretor

LEONARDO BUCSAN EMRICH  
Contador - CRC MG-088837/O-0

# **Demonstrações Financeiras**

## **Banco Volkswagen S.A.**

30 de junho de 2020  
com Relatório do Auditor Independente

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

### Senhores Acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, demonstração do resultado abrangente e dos fluxos de caixa correspondentes aos semestres findos em 30 de junho de 2020 e de 2019.

O ano de 2020 trouxe consigo um cenário de incertezas e uma situação sem precedentes no Brasil e no mundo com o alastrar-se de uma pandemia. O Banco Volkswagen, por sua vez, manteve seu foco em manter a carteira suportando nossos clientes neste momento difícil. Cabe destacar que apesar da situação difícil, o mercado de Carros e de Caminhões continua a se desenvolver chegando inclusive a bater recordes de vendas em Junho de 2020. Vale destacar o contínuo fortalecimento da parceria com as montadoras Volkswagen do Brasil, MAN Latin América, Audi Brasil e Ducati do Brasil, bem como com suas respectivas redes de concessionárias.

Neste sentido, o Banco Volkswagen seguiu ofertando serviços financeiros que aproximam os clientes finais com os produtos ofertados pelas montadoras do grupo através das redes de concessionárias. O total de ativos ficou em R\$ 24,9 bilhões, com operações de crédito e arrendamento mercantil representando R\$ 17,6 bilhões.

### DESTAQUES DO SEMESTRE

- Maior banco de montadora no Brasil, 18º colocado entre as instituições financeiras privadas e 23ª posição entre os bancos do país, segundo o critério de patrimônio líquido, conforme dados do Banco Central do Brasil.
- Responsável por 68,5% de todos os veículos novos vendidos com financiamento pelo Grupo Volkswagen, sendo 69,9% no segmento de caminhões e ônibus e 68,2% no segmento de automóveis.
- Rating de crédito brAAA mantido pela S&P Global, o maior concedido pela agência em escala nacional para créditos corporativos.
- Índice de Basileia de 18,9% em 30 de junho de 2020.

### OPERAÇÕES DE CRÉDITO

As políticas de crédito do Banco Volkswagen valorizam a manutenção da qualidade de ativos nos diversos contextos econômicos.

As operações de crédito e arrendamento mercantil do Banco Volkswagen em 2020 concentraram 83% de sua carteira entre os ratings AA, A e B.

## GOVERNANÇA CORPORATIVA

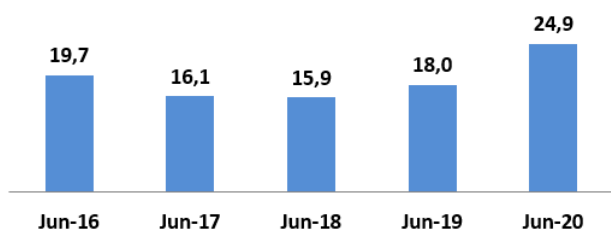
### Gestão colegiada

O Banco Volkswagen está alinhado às práticas avançadas de governança corporativa e, no seu modelo de processo decisório, possui comitês de gestão que deliberam de forma colegiada os assuntos relevantes, cabendo ao Comitê Executivo assegurar a implementação e o cumprimento das diretrizes estratégicas.

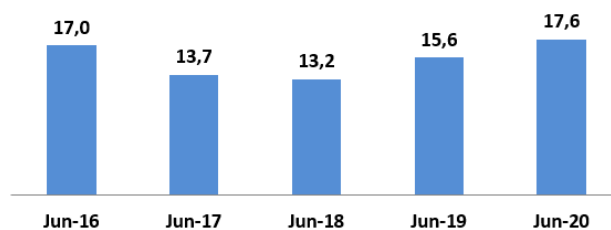
### Compromisso com as regulamentações do setor

Como empresa financeira instalada no Brasil, as operações do Banco Volkswagen estão em conformidade com os preceitos obrigatórios emanados pelas autoridades monetárias e fiscais.

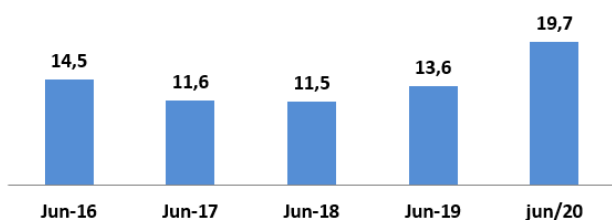
**TOTAL DE ATIVOS**  
(R\$ bilhões)



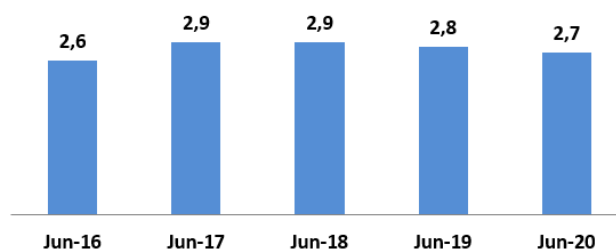
**OPERAÇÕES DE CRÉDITO E ARRENDAMENTO MERCANTIL**  
(R\$ bilhões)



**CAPTAÇÃO**  
(R\$ bilhões)



**PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
(R\$ bilhões)



# **Banco Volkswagen S.A.**

## **Demonstrações financeiras**

30 de junho de 2020

### Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanço patrimonial .....	6
Demonstração do resultado .....	8
Demonstração do resultado abrangente .....	8
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	9
Demonstração do fluxo de caixa .....	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras .....	11

## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras**

Aos  
Acionistas e Administradores do  
**Banco Volkswagen S.A.**

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Volkswagen S.A. (“Banco”) que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Volkswagen S.A. em 30 de junho de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), incluindo a Resolução nº 4720 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e a Circular nº 3959 do Banco Central do Brasil (BACEN).

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Principais assuntos de auditoria**

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras do Banco.

#### Operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Conforme divulgado na nota explicativa nº 6, em 30 de junho de 2020, a carteira de operações de crédito era de R\$ 17.649.552 mil, e a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito era de R\$ 974.229 mil. Devido à relevância dessas operações em relação ao total de ativos do Banco, a complexidade na gestão da carteira em função do elevado volume de transações e a exposição ao risco de crédito, consideramos a carteira de operações de crédito e a perdas esperadas associadas ao risco de crédito como um principal assunto de auditoria.

#### *Como nossa auditoria conduziu o assunto*

Em nossos exames de auditoria consideramos o entendimento do processo estabelecido pelo Banco, bem como a realização de testes de controles relacionados com: (i) a originação das operações; (ii) a análise e aprovação de operações de crédito considerando os níveis de alçadas estabelecidas; (iii) atribuição de níveis de “rating” por operação, tomador de crédito ou grupo econômico; (iv) atualização de informações dos tomadores de crédito; (v) reconhecimento de receitas de juros de operações em curso normal; (vi) suspensão do reconhecimento de receita sobre operações de crédito vencidas há mais de 59 dias; entre outros.

Nossos procedimentos de auditoria também incluíram a realização, para uma amostra de operações de crédito, de testes relativos a análise da documentação que consubstancia o nível de provisionamento determinado para os itens da amostra, recálculo da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito com base nos ratings atribuídos, confirmação da existência, por meio do arquivo de recebimento oriundo dos bancos correspondentes, recálculo do saldo em aberto na data-base do procedimento, além de testes de soma para confronto do total da base de dados com os registros contábeis e recálculo do total da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

Baseado no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a carteira de operações de crédito e a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração, assim como a respectiva divulgação da nota explicativa nº 6, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

## Ambiente de tecnologia

As operações do Banco dependem e coexistem diante do funcionamento apropriado da estrutura de tecnologia e seus sistemas, razão pela qual consideramos o ambiente de tecnologia como um dos principais assuntos de auditoria. Devido à natureza do negócio e volume de transações do Banco, a estratégia de nossa auditoria é baseada na eficácia do ambiente de tecnologia.

### *Como nossa auditoria conduziu o assunto*

No curso de nossos exames foram envolvidos especialistas da equipe de tecnologia para nos auxiliarem na execução de testes para avaliação do desenho e eficácia operacional dos controles gerais de tecnologia para os sistemas considerados relevantes no contexto da auditoria, com ênfase aos processos de gestão de mudanças e concessão de acesso a usuários. Também realizamos procedimentos para avaliar a efetividade de controles automatizados considerados relevantes, que suportam os processos significativos de negócios e os registros contábeis das operações.

Nossos testes dos controles gerais de tecnologia, bem como dos controles automatizados considerados relevantes no processo de auditoria, nos forneceram uma base para que pudéssemos manter a natureza, época e extensão planejadas de nossos procedimentos substantivos de auditoria.

## **Outros assuntos**

### *Demonstrações financeiras do exercício e semestre anterior examinadas por outro auditor independente*

Os exames das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e semestre findo em 30 de junho de 2019, preparadas originalmente antes dos ajustes decorrentes da adoção, ocorrida em 01 de janeiro de 2020, da Resolução CMN n 4720/19 e da Circular 3959 do BACEN, descritos na nota explicativa n° 2, foram conduzidos sob a responsabilidade de outro auditor independente que emitiu relatórios de auditoria com ressalva sobre a apresentação das operações de arrendamento mercantil financeiro, em 26 de março de 2020 e 22 de agosto de 2020, respectivamente. Como parte de nossos exames das demonstrações financeiras de 30 de junho 2020, examinamos também as alterações sobre os valores correspondentes, do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e do semestre findo em 30 de junho de 2019, advindas da adoção decorrente dessas Resolução e Circular. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram adequadamente classificados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras do Banco referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e semestre findo em 30 de junho de 2019, respectivamente, e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguarção sobre as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019 e 30 de junho de 2019 tomadas em conjunto.



## **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.



**EY**

Building a better  
working world

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 28 de setembro de 2020.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC-2SP034519/O-6

Rui Borges  
Contador CRC-1SP207135/O-2

**BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019**  
 Em milhares de reais

ATIVO	2020	2019
<b>CIRCULANTE</b>	<b>13.464.232</b>	<b>10.786.559</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3)</b>	<b>4.654.832</b>	<b>830.897</b>
<b>Instrumentos Financeiros</b>	<b>8.413.332</b>	<b>9.884.645</b>
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 4)	1.141	918
Operações de crédito (Nota 6)	8.407.466	9.186.650
Títulos e créditos a receber (Nota 6)	4.725	697.077
<b>Operações de arrendamento mercantil (Nota 6 (e))</b>	<b>14.190</b>	<b>34.212</b>
Arrendamentos financeiros	13.921	33.712
Arrendamentos operacionais	269	500
<b>Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (Nota 6 (g))</b>	<b>(236.827)</b>	<b>(266.662)</b>
Operações de crédito	(236.209)	(260.882)
Operações de arrendamento mercantil	(594)	(591)
Outros créditos	(24)	(5.189)
<b>Outros ativos (Nota 7)</b>	<b>618.705</b>	<b>303.467</b>
 <b>NÃO CIRCULANTE</b>	 <b>11.431.439</b>	 <b>10.629.273</b>
<b>Instrumentos Financeiros</b>	<b>9.228.675</b>	<b>8.379.793</b>
Títulos e valores mobiliários (Nota 5)	71.369	97.932
Operações de crédito (Nota 6)	9.157.306	8.281.861
<b>Operações de arrendamento mercantil (Nota 6 (e))</b>	<b>63.229</b>	<b>49.642</b>
Arrendamentos financeiros	63.193	49.631
Arrendamentos operacionais	36	11
<b>Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (Nota 6 (g))</b>	<b>(737.402)</b>	<b>(391.558)</b>
Operações de crédito	(736.942)	(388.688)
Operações de arrendamento mercantil	(460)	(2.870)
<b>Créditos tributários (Nota 20 (a))</b>	<b>1.293.740</b>	<b>1.101.637</b>
<b>Outros ativos (Nota 7)</b>	<b>877.318</b>	<b>807.911</b>
<b>Investimentos em participações em coligadas e controladas (Nota 8)</b>	<b>669.741</b>	<b>628.101</b>
<b>Imobilizado de arrendamento</b>	<b>16.575</b>	<b>32.476</b>
<b>Imobilizado de uso</b>	<b>20.104</b>	<b>20.104</b>
<b>Intangível</b>	<b>59.794</b>	<b>58.143</b>
<b>Depreciações e amortizações</b>	<b>(60.335)</b>	<b>(56.976)</b>
Imobilizado de uso	(14.588)	(13.816)
Intangível	(45.747)	(43.160)
 <b>TOTAL DO ATIVO</b>	 <b>24.895.671</b>	 <b>21.415.832</b>

**BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019**  
**Em milhares de reais**
**PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
<b>CIRCULANTE</b>	<b>13.563.067</b>	<b>9.519.547</b>
<b>Depósitos e demais instrumentos financeiros</b>	<b>12.884.100</b>	<b>8.490.994</b>
Recursos de instituição financeira (Nota 11)	3.026.775	3.242.893
Recursos de clientes (Nota 12)	8.503.046	3.915.346
Recursos de aceites e emissão de títulos (Nota 13)	928.548	765.313
Dívidas subordinadas (Nota 14)	112.848	137.450
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 4)	24.977	9.483
Outros passivos financeiros (Nota 6 (f))	287.906	420.509
<b>Outros passivos (Nota 17)</b>	<b>678.967</b>	<b>1.028.553</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>8.602.508</b>	<b>9.269.196</b>
<b>Depósitos e demais instrumentos financeiros</b>	<b>7.285.921</b>	<b>7.943.251</b>
Recursos de instituição financeira (Nota 11)	1.684.517	1.468.540
Recursos de clientes (Nota 12)	1.969.893	2.350.397
Recursos de aceites e emissão de títulos (Nota 13)	1.575.583	1.961.209
Dívidas subordinadas (Nota 14)	1.849.757	1.818.954
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 4)	905	-
Outros passivos financeiros (Nota 6 (f))	205.266	344.151
<b>Provisões (Nota 15)</b>	<b>1.017.026</b>	<b>979.645</b>
Outras provisões	1.017.026	979.645
<b>Obrigações fiscais diferidas (Nota 20 (b))</b>	<b>165.348</b>	<b>155.864</b>
<b>Outros passivos (Nota 17)</b>	<b>134.213</b>	<b>190.436</b>
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>2.730.096</b>	<b>2.627.089</b>
Capital social	1.307.883	1.307.883
Reservas de lucros	1.331.128	1.325.795
Outros resultados abrangentes	(10.246)	(6.589)
Lucros acumulados	101.331	-
<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>24.895.671</b>	<b>21.415.832</b>

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 30 DE JUNHO**  
**Em milhares de reais**

	<b>2020</b>	<b>2019</b>
<b>RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>1.365.886</b>	<b>1.402.265</b>
Operações de crédito	1.316.187	1.358.350
Operações de arrendamento mercantil	7.539	19.761
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	42.832	20.366
Resultado com instrumentos financeiros derivativos (Nota 4)	(7.130)	-
Operações de venda de ativos financeiros	6.458	3.788
<b>DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>(439.259)</b>	<b>(504.211)</b>
Operações de captação no mercado	(340.800)	(342.123)
Operações de empréstimos e repasses	(74.972)	(154.797)
Operações de venda de ativos financeiros	(23.487)	(7.291)
<b>RESULTADO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>926.627</b>	<b>898.054</b>
<b>DESPESAS DE PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DÚVIDOSA (Nota 6 (g))</b>	<b>(501.529)</b>	<b>(76.620)</b>
Operações de crédito	(506.914)	(70.060)
Operações de arrendamento mercantil	220	(5.666)
Outros créditos	5.165	(894)
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>425.098</b>	<b>821.434</b>
<b>OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS</b>	<b>(257.693)</b>	<b>(280.778)</b>
Rendas de tarifas bancárias (Nota 23 (f))	42.642	40.045
Despesas de pessoal	(1.869)	(1.996)
Outras despesas administrativas (Nota 23 (c))	(142.083)	(135.279)
Despesas tributárias	(41.284)	(35.814)
Resultado de participação em controlada (Nota 8)	41.640	42.130
Outras receitas operacionais (Nota 23 (d))	57.817	38.054
Outras despesas operacionais (Nota 23 (e))	(214.556)	(227.918)
<b>REVERSÕES (DESPESAS) DE PROVISÕES</b>	<b>(15.250)</b>	<b>(61.997)</b>
Fiscais	(8.830)	(16.749)
Cíveis	(6.335)	(30.134)
Trabalhistas	(85)	(15.114)
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	<b>152.155</b>	<b>478.659</b>
RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Nota 23 (g))	(4.567)	(5.642)
<b>RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO</b>	<b>147.588</b>	<b>473.017</b>
Imposto de renda (Nota 20 (c))	(24.166)	(111.170)
Contribuição social (Nota 20 (c))	(16.758)	(66.404)
<b>LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE</b>	<b>106.664</b>	<b>295.443</b>
Lucro por ação do capital social no fim do semestre - R\$	0,34	0,94

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EM 30 DE JUNHO**  
Em milhares de reais

---

	<u>2020</u>	<u>2019</u> (não auditado)
Lucro líquido do semestre	106.664	295.443
Hedge de fluxo de caixa (Nota 4)	(3.657)	-
<b>Total do resultado abrangente</b>	<b><u>103.007</u></b>	<b><u>295.443</u></b>

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 30 DE JUNHO**

Em milhares de reais

	Capital social realizado	Subvenção de incentivos fiscais	Reserva de lucros		Outros resultados abrangente	Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva especial de lucros			
<b>Em 31 de dezembro de 2018</b>	1.307.883	18.515	178.016	1.032.419	-	-	2.536.833
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	295.443	295.443
Destinações:							
Reserva legal	-	-	14.773	-	-	(14.773)	-
<b>Em 30 de junho de 2019</b>	1.307.883	18.515	192.789	1.032.419	-	280.670	2.832.276
<b>Em 31 de dezembro de 2019</b>	1.307.883	18.515	209.813	1.097.467	(6.589)	-	2.627.089
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	(3.657)	-	(3.657)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	106.664	106.664
Destinações:							
Reserva legal	-	-	5.333	-	-	(5.333)	-
<b>Em 30 de junho de 2020</b>	1.307.883	18.515	215.146	1.097.467	(10.246)	101.331	2.730.096



**DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA EM 30 DE JUNHO**  
**Em milhares de reais**

	<b>2020</b>	<b>2019</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Lucro líquido do semestre	106.664	295.443
Ajustes ao lucro líquido:		
Depreciações e amortizações (Nota 23 (c))	3.359	4.089
Resultado de participação em controlada (Nota 8)	(41.640)	(42.130)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 6 (g))	501.529	76.620
Juros de operações de dívidas subordinadas e instrumentos de dívida elegíveis a capital (Nota 15)	88.672	86.382
Resultado de obrigações por empréstimos e instrumentos financeiros derivativos	16.176	-
Reversão para outros valores e bens	3.179	(1.212)
Despesas/(reversões) com provisões cíveis, trabalhistas e fiscais (Nota 16 (b))	44.802	86.466
Tributos diferidos	(178.629)	14.456
<b>LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO DO SEMESTRE</b>	<b>544.112</b>	<b>520.114</b>
Redução (aumento) em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	22.906	22.834
Redução em operações de crédito e de arrendamento mercantil	(259.446)	(1.253.887)
Redução (aumento) em outros ativos	602.208	36.747
Imposto de renda e contribuição social pagos	(301.315)	(47.259)
<b>VARIAÇÃO DE ATIVOS</b>	<b>64.353</b>	<b>(1.241.565)</b>
Aumento em depósitos e demais instrumentos financeiros	3.984.664	1.278.584
Aumento (redução) em outros passivos	(145.968)	(117.474)
<b>VARIAÇÃO DE PASSIVOS</b>	<b>3.838.696</b>	<b>1.161.110</b>
<b>(=) CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>4.447.161</b>	<b>439.659</b>
Aquisição de intangível	(1.650)	(7.654)
<b>(=) CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>(1.650)</b>	<b>(7.654)</b>
Redução em obrigações de dívidas subordinadas e instrumentos de dívida elegíveis a capital	(82.471)	(63.144)
Dividendos pagos	(539.105)	(647.368)
<b>(=) CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	<b>(621.576)</b>	<b>(710.512)</b>
<b>(=) AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>3.823.935</b>	<b>(278.508)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	830.897	594.708
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre (Nota 2 (b))	4.654.832	316.200
<b>(=) AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>3.823.935</b>	<b>(278.508)</b>

## **1. CONTEXTO OPERACIONAL**

O Banco Volkswagen S.A. (“Instituição”) está autorizado a operar com as carteiras de investimento, de crédito, financiamento e investimento e de arrendamento mercantil, e atua, principalmente, no segmento de veículos produzidos e importados pela Volkswagen do Brasil Indústria de Veículos Automotores Ltda., MAN Latin América Indústria e Comércio de Veículos Ltda., Audi Brasil Distribuidora de Veículos Ltda. e Ducati do Brasil Indústria e Comércio de Motocicletas Ltda. As operações da Instituição são conduzidas no contexto de um conjunto de empresas ligadas no Brasil que atuam junto à Volkswagen do Brasil, MAN Latin América, Audi Brasil e Ducati do Brasil.

A Instituição é uma sociedade anônima com sede em São Paulo – SP na Rua Volkswagen, 291 e sua controladora final é a Volkswagen AG, localizada na cidade de Wolfsburg, na Alemanha.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 28 de setembro de 2020.

## **2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

As demonstrações financeiras individuais da Instituição, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN, e que incluem os requisitos da Lei das Sociedades por Ações, os dispositivos da Lei nº 11.638/07, que altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404/76 e da Lei nº 6.385/76, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Informamos que alguns números inclusos neste relatório foram submetidos a ajustes de arredondamento, que atendem as regras da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, sem implicar em distorção nas informações prestadas.

Adicionalmente, a partir de janeiro de 2020, as alterações advindas da Resolução do CMN nº 4.720/19 e Circular BACEN nº 3.959/19 foram incluídas na demonstração contábil da Instituição. O objetivo principal dessas normas é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as normas contábeis internacionais de contabilidade, *International Financial Reporting Standards (IFRS)*. As principais alterações implementadas foram: apresentação em circulante e não circulante; os saldos do balanço patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações com os mesmos períodos do exercício social anterior para as quais foram apresentadas; e a inclusão da Demonstração do Resultado Abrangente.

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras da Instituição incluem, portanto, estimativas referentes ao valor justo dos instrumentos financeiros, provisões para créditos de liquidação duvidosa, para contingências, para imposto de renda ativo e passivo e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

**(a) Apuração do resultado**

O resultado é apurado pelo regime de competência e, em relação às operações de arrendamento mercantil financeiro, segundo a Portaria nº 140/84 do Ministério da Fazenda - MF, que considera as receitas calculadas e apropriadas mensalmente pelo valor das contraprestações exigíveis no período e o ajuste a valor presente dessas operações.

Desde 02 de janeiro de 2015, de acordo com a Circular BACEN nº 3.693/13, as despesas com comissões pagas pelas operações de crédito ou arrendamento mercantil originadas são reconhecidas no resultado na data da contratação, repactuação ou renovação dessas operações. As despesas anteriores a esta data são apropriadas ao resultado de acordo com o prazo dos respectivos contratos.

**(b) Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução do Conselho Monetário Nacional - CMN nº 4.720/19, incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e com prazo original de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

A composição dos depósitos bancários e outros investimentos registrados em caixa e equivalentes de caixa esta apresentada na (Nota 3)

**(c) Instrumentos Financeiros**

**I - Aplicações interfinanceiras de liquidez**

As operações compromissadas são demonstradas pelo seu valor de liquidação, retificado pelo valor das rendas a apropriar. As demais aplicações são registradas pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

Os valores foram demonstrados na (Nota 3), pois possuem prazo igual ou inferior a 90 dias.

**II - Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos**

Títulos e valores mobiliários, conforme Circular BACEN nº 3.068/01, são classificados de acordo com a intenção da administração em:

- Títulos mantidos até o vencimento - adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período;
- Títulos para negociação - adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São ajustados ao valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- Títulos disponíveis para venda - não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados ao valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras  
em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019  
Em milhares de reais**

---

Os instrumentos financeiros derivativos da Instituição foram registrados de acordo com a Circular BACEN nº 3.082/02 e são contabilizados pelo valor de mercado, com ganhos e perdas reconhecidos de acordo com suas respectivas classificações, como descrito a seguir:

- (i) destinados a “hedge” de risco de mercado: registradas no resultado do exercício; e
- (ii) destinados a “hedge” de fluxo de caixa: a valorização e/ou desvalorização da parcela efetiva do “hedge” são registradas em contrapartida de conta específica do patrimônio líquido, até o vencimento da correspondente operação.

A composição dos valores registrados em Títulos e valores mobiliários é apresentada na (Nota 5) e os instrumentos financeiros derivativos, tanto em contas patrimoniais, quanto em conta de compensação, esta apresentada na (Nota 4).

### **III - Operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos**

As operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos são registradas com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados. As operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos que estejam em atraso há 60 dias ou mais, passam a ter seus rendimentos reconhecidos como receita quando do efetivo recebimento das prestações. As operações em atraso acima de 360 dias são baixadas contra a correspondente provisão e controladas em conta de compensação por 5 anos.

#### **i – Operações de crédito cedidas**

De acordo com as Resoluções do CMN nº 3.533/08 e 3.809/09, as operações de crédito cedidas, com retenção substancial dos riscos e benefícios, são reclassificadas para rubrica específica no ativo – Operações de crédito vinculadas à cessão (Nota 6 (f)) em contrapartida aos valores recebidos que são registrados em rubrica no passivo – Outras obrigações diversas (Nota 17). Para cada operação de cessão, o ativo é atualizado pela taxa do contrato com o cliente e o passivo pela taxa do contrato de cessão, ambos pelos respectivos períodos de competência.

#### **(d) Operações de arrendamento mercantil**

O disposto no artigo 2º do parágrafo 3º na Circular BACEN nº 3.959, determina que a divulgação das operações de arrendamento mercantil financeiro, nas demonstrações financeiras, a partir da data base junho de 2020, sejam demonstradas a valor presente nos montantes totais previstos em contrato. Portanto, o valor do imobilizado de arrendamento, anteriormente divulgado no ativo permanente e o valor residual garantido, anteriormente divulgado no passivo, foram reclassificados para o ativo circulante e as operações com prazo superior a 12 meses, no não circulante.

Os registros contábeis são mantidos conforme exigências legais, específicas para sociedades de arrendamento mercantil. Os procedimentos adotados para rendas a apropriar de arrendamento mercantil e perdas em arrendamento diferem das práticas contábeis adotadas no Brasil, principalmente no que concerne ao regime de competência no registro das receitas e despesas relacionadas aos contratos de arrendamento mercantil. Em consequência, de acordo com a Circular BACEN nº 1.429/89, foi calculado o valor atual das contraprestações em aberto, utilizando-se a taxa interna de retorno de cada contrato, registrando-se em receita ou despesa de arrendamento mercantil, em contrapartida à superveniência ou insuficiência de depreciação, respectivamente.

O imobilizado de arrendamento, é registrado pelo custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas. A depreciação é calculada pelo método linear e as taxas de depreciação utilizadas são as normais admissíveis, sendo de 20% para veículos. Foi considerada a redução de 30% na vida útil-econômica do bem, de acordo com a Portaria MF nº 140/84.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras  
em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019  
Em milhares de reais**

---

As perdas apuradas ao término dos contratos de arrendamento mercantil e são amortizadas nos prazos remanescentes da vida útil dos bens arrendados. Os ganhos são registrados no resultado.

A composição dos valores demonstrados na (Nota 6 (e))

**(e) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito**

A provisão para operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos é fundamentada em análise das operações efetuadas pela administração para concluir quanto ao valor de realização de tais créditos e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais das carteiras, conforme estabelecido pela Resolução do CMN nº 2.682/99.

**(f) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)**

Os créditos tributários de IRPJ e CSLL foram calculados e reconhecidos sobre diferenças temporárias, principalmente de provisões para perdas de operações de crédito e para contingências, considerando as expectativas de geração de lucros tributáveis, são registrados na rubrica "Créditos Tributários". Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de sua realização, considerando os estudos técnicos e as análises realizadas pela administração. O passivo tributário diferido decorre, principalmente, da atualização de depósitos judiciais e da superveniência de depreciação, é registrada na rubrica "Obrigações fiscais diferidas" no passivo.

A provisão para imposto de renda - IRPJ foi constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre determinados limites. A provisão para contribuição social - CSLL foi constituída à alíquota de 15% do lucro tributável antes do imposto de renda até agosto de 2015 e 20% a partir de setembro de 2015 até dezembro de 2018, e retornou à alíquota de 15% em janeiro de 2019.

Em atendimento a Emenda Constitucional nº 103/19, em seu artigo 32, elevou para 20% a alíquota da CSLL para os bancos de qualquer espécie a partir de 1º de março de 2020 até que entre em vigor lei que disponha sobre a alíquota da referida contribuição.

A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a demonstração dos seus cálculos, a origem e previsão de realização dos créditos tributários, estão apresentadas na (Nota 20)

**(g) Investimentos em participação em coligadas e controladas**

O investimento em participação em empresa controlada com participação do capital de 99,99%, são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

A composição e empresa controlada é demonstrada na (Nota 8)

**(h) Imobilizado de uso e intangível**

Demonstrado ao custo de aquisição, combinado com os seguintes aspectos: a depreciação do imobilizado e a amortização do intangível são calculadas pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens.

**(i) Outros ativos**

Demonstrados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos e variações monetárias auferidos até a data do balanço e, quando aplicável, ajustados aos respectivos valores de mercado ou de realização.

Os bens não de uso próprio, compostos basicamente por veículos recebidos em dação de pagamento. São registrados, deduzidos quando aplicável, de provisão para desvalorização.

As despesas antecipadas referem-se, principalmente, prêmio de seguro apropriados ao resultado de acordo com a vigência da apólice.

A composição de outros ativos esta apresentada na (Nota 7)

**(j) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros**

Com base em análise anual da administração, se o valor de contabilização dos ativos não financeiros da Instituição, exceto créditos tributários, exceder o seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o seu valor justo líquido de despesa de venda e o seu valor em uso é reconhecida uma perda por redução ao valor recuperável desses ativos no resultado do semestre. Nos semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2019 não foram registradas perdas por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros.

**(k) Depósitos e demais instrumentos financeiros**

São constituídos pelos depósitos, obrigações por empréstimos e repasses, recursos de letras financeiras, Instrumentos financeiros derivativos, outros passivos financeiros e dívidas subordinadas.

As obrigações por transferência de ativos com coobrigação estão classificados na rubrica “Outros passivos financeiros” do Balanço patrimonial

Os depósitos e demais instrumentos financeiros são apresentados como passivo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

**(l) – Captações e emissões**

São reconhecidos inicialmente ao seu valor justo, e posteriormente mensurados a custo amortizado.

A composição dos papéis registrados em depósitos, captações no mercado aberto, bem como prazo e valores estão apresentados nas Notas (11, 12, 13 e 14).

**(m) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais**

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução do CMN nº 3.823/09, da seguinte forma:

I – Ativos contingentes - os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização;

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras  
em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019  
Em milhares de reais**

---

II – Passivos contingentes - os passivos contingentes são reconhecidos contabilmente quando, baseado na opinião dos assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perda possível são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão, nem divulgação;

III – Obrigações legais - são derivadas de obrigações tributárias previstas na legislação, independentemente da probabilidade de sucesso de processos judiciais em andamento, e têm os seus montantes integrais reconhecidos contabilmente.

**(n) Outros passivos**

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar e acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias incorridos até a data do balanço.

Registrados contabilmente como resultados de exercícios futuros, representa, principalmente, o valor das parcelas de receitas contratuais recebidas antecipadamente que serão apropriadas ao resultado de acordo com os prazos dos contratos de financiamento e arrendamento mercantil aos quais se referem.

A composição de outros passivos é apresentado na Nota (17)

**(o) Patrimônio líquido**

**I – Capital social**

O capital social é composto por ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

**II – Reserva de lucros**

A reserva de lucros é composta pelas seguintes contas:

- Subvenção de incentivos fiscais – refere-se à parcela do lucro líquido decorrente de subvenções para investimentos previstas em lei.
- Reserva legal – objetiva exclusivamente aumentar o capital social ou compensar prejuízos.
- Reserva especial de lucros – refere-se ao saldo do lucro líquido remanescente após a destinação da reserva legal, e que pode ser utilizada para futuro aumento de capital social, absorção de prejuízos ou distribuição de dividendos.

**III – Lucro por ação**

A Instituição apresenta informações de lucro líquido por ação, o qual é calculado dividindo-se lucro líquido atribuível aos acionistas da Instituição pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas durante o semestre (Nota 19).





**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras  
em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019  
Em milhares de reais**

---

**Hedge**

A estratégia de *hedge* da Instituição visa proteger os fluxos das operações de captação em depósitos a prazo pós fixado, referentes aos seus riscos de taxa de juros variável, tais operações, como disposto na Circular BACEN nº 3.082/02. A relação entre o instrumento e o objeto de *hedge*, além das políticas e objetivos da gestão de risco, foram documentadas no início da operação. Também foram documentados os testes de efetividade prospectivos e retrospectivos, ficando confirmado que os derivativos designados são altamente efetivos na compensação da variação do valor dos fluxos de caixas. As operações de *hedge* são classificadas como *hedge* de fluxo de caixa.

Para proteger o fluxo de caixa futuro das captações efetuadas contra exposição à taxa de juros variável (DI). Em 30 de junho de 2020 o valor nominal é de R\$ 2.888.046 (2019 – R\$ 1.389.574). Tais instrumentos financeiros derivativos geraram ajuste a valor de mercado líquido dos efeitos tributários, registrados no patrimônio líquido de R\$ 6.589 (2019 – R\$ 10.246).

A efetividade apurada para a carteira de *hedge* está em conformidade com o estabelecido na Circular BACEN nº 3.082/02. Em 30 de junho de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, não há parcela inefetiva relacionada a essas operações de *hedge*.

**5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

A Instituição adquiriu quotas subordinadas, classificadas como títulos mantidos até o vencimento, de fundos de investimentos em direitos creditórios sob a forma de condomínio fechado com prazos de duração de 5 anos contados a partir da data de emissão, administrados pela BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019, sua composição é a seguinte:

<b>Início</b>	<b>FIDC</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
07/2019	Driver Brasil Four Banco Volkswagen Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financiamento de Veículos - FIDC Driver Four	71.369	97.932
		<u>71.369</u>	<u>97.932</u>
	Não circulante	<u>71.369</u>	<u>97.932</u>

Os títulos e valores mobiliários são mensurados pelo valor da quota do último dia útil, divulgado no site da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

Conforme disposto no artigo 8º da Circular BACEN nº 3.068/01, a Instituição declara possuir capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento. Durante o 1º semestre de 2020 não houve vendas ou reclassificações de títulos classificados nesta categoria.

**6. OPERAÇÕES DE CRÉDITO, ARRENDAMENTO MERCANTIL E OUTROS CRÉDITOS**

Os principais parâmetros para a classificação das operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos e para a constituição da provisão estabelecidos pela Resolução do CMN nº 2.682/99 são: as operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos são classificadas em nove níveis de risco; as respectivas provisões são efetuadas com base na classificação do cliente nos níveis de risco definidos pela Resolução e levam em consideração, entre outras, uma análise periódica da operação, dos atrasos, do histórico do cliente e das garantias obtidas, quando aplicável.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras  
em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019  
Em milhares de reais

## (a) Composição a valor presente da carteira de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Operações de crédito	17.564.772	17.468.511
Operações de arrendamento mercantil financeiro	77.114	83.343
Operações de arrendamento mercantil operacional (i)	2.941	8.934
Outros créditos - títulos e créditos a receber	4.725	697.077
	<u>17.649.552</u>	<u>18.257.865</u>

(i) Referem-se a valor presente dos saldos de arrendamento, porém os saldos contabilizados referem-se aos valores a receber das contraprestações R\$ 305 e imobilizado de arrendamento R\$ 16.575.

## (b) Distribuição da carteira por nível de risco e provisão para operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos

<b>2020</b>					
<u>Nível de risco</u>	<u>Curso anormal</u>		<u>Curso normal</u>	<u>Total</u>	<u>Provisão</u>
	<u>Vincendas</u>	<u>Vencidos</u>			
AA	-	-	2.323.358	2.323.358	709
A	-	-	10.112.018	10.112.018	51.486
B	143.664	17.958	2.023.382	2.185.004	21.851
C	102.114	7.273	1.485.940	1.595.327	47.912
D	95.506	10.162	315.740	421.408	42.141
E	76.625	10.702	52.980	140.307	42.092
F	100.707	17.600	30.582	148.889	74.445
G	78.943	14.775	5.109	98.827	69.179
H	444.025	135.714	44.675	624.414	624.414
	<u>1.041.584</u>	<u>214.184</u>	<u>16.393.784</u>	<u>17.649.552</u>	<u>974.229</u>

<b>2019</b>					
<u>Nível de risco</u>	<u>Curso anormal</u>		<u>Curso normal</u>	<u>Total</u>	<u>Provisão</u>
	<u>Vincendas</u>	<u>Vencidos</u>			
AA	-	-	2.037.027	2.037.027	698
A	-	-	10.407.221	10.407.221	52.854
B	249.333	24.355	2.715.647	2.989.335	29.903
C	230.380	13.601	1.319.717	1.563.698	46.911
D	178.347	15.972	384.930	579.249	57.951
E	144.145	15.738	37.813	197.696	59.333
F	79.406	10.866	16.701	106.973	53.487
G	51.271	10.320	3.686	65.277	45.694
H	167.171	79.538	64.680	311.389	311.389
	<u>1.100.053</u>	<u>170.390</u>	<u>16.987.422</u>	<u>18.257.865</u>	<u>658.220</u>

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras  
em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019  
Em milhares de reais**

**(c) Distribuição da carteira por prazo de vencimento das parcelas para operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos**

	<b>2020</b>		
	<b>Curso anormal</b>	<b>Curso normal</b>	<b>Total</b>
<b>vincendas</b>			
Até 180 dias	255.544	3.911.411	4.166.955
De 181 a 360 dias	213.996	4.150.921	4.364.917
Acima de 361 dias	572.044	8.307.307	8.879.351
	<u>1.041.584</u>	<u>16.369.639</u>	<u>17.411.223</u>
<b>vencidos</b>			
De 01 a 14 dias	10.562	24.145	34.707
De 15 a 60 dias	53.635	-	53.635
De 61 a 180 dias	88.893	-	88.893
De 181 a 360 dias	61.094	-	61.094
	<u>214.184</u>	<u>24.145</u>	<u>238.329</u>
	<u>1.255.768</u>	<u>16.393.784</u>	<u>17.649.552</u>
			<b>2019</b>
<b>vincendas</b>	<b>Curso anormal</b>	<b>Curso normal</b>	<b>Total</b>
Até 180 dias	264.456	5.894.908	6.159.364
De 181 a 360 dias	222.183	3.482.568	3.704.751
Acima de 361 dias	613.414	7.572.420	8.185.834
	<u>1.100.053</u>	<u>16.949.896</u>	<u>18.049.949</u>
<b>vencidos</b>			
De 01 a 14 dias	12.050	37.526	49.576
De 15 a 60 dias	70.363	-	70.363
De 61 a 180 dias	61.234	-	61.234
De 181 a 360 dias	26.743	-	26.743
	<u>170.390</u>	<u>37.526</u>	<u>207.916</u>
	<u>1.270.443</u>	<u>16.987.422</u>	<u>18.257.865</u>

**(d) Distribuição da carteira por ramo de atividade para operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos**

	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Pessoas físicas	7.879.714	7.941.499
Outros serviços	5.177.428	5.368.744
Comércio	3.420.456	3.930.799
Indústria	907.574	799.703
Rural	61.047	62.045
Habitação	179.658	138.847
Intermediário financeiro	23.675	16.228
	<u>17.649.552</u>	<u>18.257.865</u>

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras  
em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019  
Em milhares de reais**

**(e) Carteira de arrendamento mercantil**

	2020		2019	
	Financeiro	Operacional	Financeiro	Operacional
Operações de arrendamento mercantil (exceto PDD)	609	305	191	511
Bens arrendados	140.994	31.164	149.359	58.475
Depreciação acumulada de bens arrendados	(85.583)	(14.589)	(80.874)	(25.999)
Superveniência de depreciação	39.413	-	37.976	-
Perdas em arrendamento a amortizar	4.445	-	2.140	-
Amortização acumulada de perdas em arrendamento	(1.482)	-	(1.081)	-
Credores por antecipação de valor residual	(21.282)	-	(24.368)	-
	<u>77.114</u>	<u>16.880</u>	<u>83.343</u>	<u>32.987</u>

Os contratos de arrendamentos a receber possuem vencimentos até 2025 e os bens arrendados possuem compromissos para venda aos arrendatários ao término dos respectivos contratos no montante de R\$ 55.288 (2019 - R\$ - 47.626), sendo que desse total R\$ 21.282 (2019 - R\$ 24.368) foram recebidos antecipadamente. Os contratos de arrendamento mercantil possuem cláusulas de opção de compra e podem ser pactuados com cláusulas de correção monetária postecipada. As operações de arrendamento mercantil financeiro, estão classificadas a valor presente e as operações de arrendamento mercantil operacional a valor nominal.

**(f) Operações de crédito vinculadas a cessão**

A Instituição realizou cessões de crédito na modalidade “CDC” para fundos de investimentos em direitos creditórios, dos quais a Instituição detém a totalidade das quotas subordinadas (Nota 5). Conforme estabelecido na Resolução do CMN nº 3.533/08, as referidas cessões foram classificadas na categoria “com retenção substancial de risco e benefícios” e portanto o ativo cedido foi registrado em rubrica no Balanço patrimonial em “Operações de crédito” e o passivo registrado como “Outros passivos financeiros”. Os valores presentes à época e o valor da posição atual são:

**i) Valor presente a época**

	Data início	Ativo	Passivo
FIDC Driver Four	07/2019	1.013.228	1.096.807
		<u>1.013.228</u>	<u>1.096.807</u>

**ii) Saldo contábil**

	Ativo		Passivo	
	2020	2019	2020	2019
FIDC Driver Four	452.822	706.423	493.172	764.660
Circulante	285.993	431.129	287.906	420.509
Não circulante	<u>166.829</u>	<u>275.294</u>	<u>205.266</u>	<u>344.151</u>

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras  
em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019  
Em milhares de reais**

**(g) Movimentação da provisão para operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos**

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Saldo inicial	658.220	563.465
Constituição de provisão	501.529	196.178
Baixas por utilização	(185.520)	(101.423)
Saldo final (i)	<u>974.229</u>	<u>658.220</u>

(i) Saldos apresentados de acordo com o Balanço Patrimonial, sendo o impacto na Demonstração do Resultado do primeiro semestre de 2019 de R\$ 76.620 de constituição de provisão.

Foram recuperados créditos no montante de R\$ 139.637 (2019 - R\$ 218.512). Foram renegociados créditos no montante de R\$ 3.481.116 (2019 - R\$ 52.070) e o saldo das operações renegociadas com clientes, nos termos da Resolução do CMN nº 2.682/99, em 30 de junho é de R\$ 3.593.955 (31 de dezembro de 2019 - R\$ 201.552).

Em virtude da crise financeira decorrente da pandemia, foram concedidas renegociação e prorrogação de dívida a clientes que apresentavam atrasos inferiores a 15 dias no cenário anterior a mesma.

**7. OUTROS ATIVOS**

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Devedores por depósitos e bloqueios judiciais (Nota 16 (a))	822.415	752.615
Devedores diversos - país, principalmente valores em trânsito	161.391	150.891
Impostos e contribuições a compensar	477.599	177.060
Outros valores e bens	22.472	18.122
Despesas antecipadas	12.146	12.690
Total	<u>1.496.023</u>	<u>1.111.378</u>
Circulante	<u>618.705</u>	<u>303.467</u>
Não circulante	<u>877.318</u>	<u>807.911</u>

**8. INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÃO EM COLIGADAS E CONTROLADAS**

	<b>Consórcio Nacional Volkswagen - Administradora de Consórcio Ltda.</b>	
Informações sobre a investida:	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Número de quotas	300.006.232	300.006.232
Participação no capital	99,99%	99,99%
Lucro líquido nos semestres	41.640	42.130
Patrimônio líquido	669.741	628.101
Resultado de equivalência patrimonial	41.640	42.130
Investimento	669.741	628.101

## 9. IMOBILIZADO DE USO

	Instalações, móveis equipamentos de	Total
<b>Valor contábil líquido</b>		
<b>Em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>2.160</b>	<b>2.160</b>
Aquisições	6.104	6.104
Depreciação do período	(1.976)	(1.976)
<b>Movimentação líquida</b>		
<b>Em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>6.288</b>	<b>6.288</b>
Custo	20.104	20.104
Depreciação acumulada	(13.816)	(13.816)
<b>Valor contábil líquido</b>		
<b>Em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>6.288</b>	<b>6.288</b>
Depreciação do período	(772)	(772)
<b>Movimentação líquida</b>		
<b>Em 30 de junho de 2020</b>	<b>5.516</b>	<b>5.516</b>
Custo	20.104	20.104
Depreciação acumulada	(14.588)	(14.588)
<b>Valor contábil líquido</b>		
<b>Em 30 de junho de 2020</b>	<b>5.516</b>	<b>5.516</b>

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras  
em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019  
Em milhares de reais

## 10. INTANGÍVEL

	Softwares	Custos de desenvolvimento de softwares gerados internamente	Total
<b>Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>1.670</b>	<b>14.254</b>	<b>15.924</b>
Aquisições	1.336	3.675	5.011
Amortização do período	(1.339)	(4.613)	(5.952)
<b>Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>1.667</b>	<b>13.316</b>	<b>14.983</b>
Custo	23.800	34.343	58.143
Amortização acumulada	(22.133)	(21.027)	(43.160)
<b>Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>1.667</b>	<b>13.316</b>	<b>14.983</b>
Aquisições	-	1.650	1.650
Amortização do período	(309)	(2.277)	(2.586)
<b>Saldo contábil líquido em 30 de junho de 2020</b>	<b>1.358</b>	<b>12.689</b>	<b>14.047</b>
Custo	23.801	35.993	59.794
Amortização acumulada	(22.443)	(23.304)	(45.747)
<b>Saldo contábil líquido em 30 de junho de 2020</b>	<b>1.358</b>	<b>12.689</b>	<b>14.047</b>

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras  
em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019  
Em milhares de reais**

**11. RECURSOS DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA**

Os recursos de Instituição Financeira, referem a um total de R\$ 4.711.292 (2019 - R\$ 4.711.433), sendo segregados por:

- Obrigações por recursos obtidos para repasses junto à Agência Especial de Financiamento Industrial ("FINAME"), basicamente indexados a TJLP e TJLP SELIC,e;
- Depósitos interfinanceiros custodiados na B3, indexada a taxas pós-fixadas que variam de 100,00% a 162,83% do DI (2019 - 103,90% a 106,25% do DI), com o respectivo fluxo de vencimento:

	<b>2020</b>		<b>2019</b>	
	<b>Depósitos interfinanceiros</b>	<b>Obrigações por repasses - FINAME</b>	<b>Depósitos interfinanceiros</b>	<b>Obrigações por repasses - FINAME</b>
Até 90 dias	550.691	113.592	521.566	268.641
De 91 a 365 dias	1.791.559	570.933	1.775.224	677.462
De 1 a 3 anos	677.826	878.992	291.146	986.549
Acima de 3 anos	-	127.699	-	190.845
<b>Total</b>	<b>3.020.076</b>	<b>1.691.216</b>	<b>2.587.936</b>	<b>2.123.497</b>

**12. RECURSOS DE CLIENTES**

Os recursos de clientes, referem-se a depósitos a prazo, custodiada na B3, indexada a taxas pós-fixadas que variam de 96,0% a 130,0% do DI, (2019 - 97,0% a 105,0% do DI).

Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019, é composta como segue:

	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Até 90 dias	1.728.426	1.355.640
De 91 a 365 dias	6.774.620	2.559.706
De 1 a 3 anos	1.933.693	2.310.500
Acima de 3 anos	36.200	39.897
<b>Total</b>	<b>10.472.939</b>	<b>6.265.743</b>

**13. RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS**

Referem-se a obrigações representadas por letras financeiras emitidas pela Instituição, custodiadas na B3, com vencimento até maio de 2023, indexadas a taxas pós-fixadas que variam de 100,0% a 112,8% do DI, (2019 - com vencimento até novembro de 2022, indexadas a taxas pós-fixadas que variam de de 100,0% a 104,5% do DI).

	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Até 90 dias	192.504	-
De 91 a 365 dias	736.043	765.313
De 1 a 2 anos	1.575.584	1.961.209
	<b>2.504.131</b>	<b>2.726.522</b>



**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras  
em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019  
Em milhares de reais**

**14. DÍVIDAS SUBORDINADAS E INSTRUMENTOS DE DÍVIDA ELEGÍVEIS A CAPITAL**

Referem-se a notas de negociação de letras financeiras sob a condição de dívidas subordinadas nos termos de núcleo de subordinação com resgate final no vencimento, custodiadas na B3. Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019, são compostas como segue:

Prazo até o vencimento	Valor original da operação		Saldo	
	2020	2019	2020	2019
Até 1 ano	45.979	58.245	112.848	137.450
De 1 a 3 anos	209.587	130.924	497.557	300.927
De 3 a 5 anos	163.577	237.135	380.797	528.956
Acima de 5 anos	479.688	506.586	971.403	989.071
	<u>898.831</u>	<u>932.890</u>	<u>1.962.605</u>	<u>1.956.404</u>

Todas as operações são remuneradas a taxas prefixadas que variam de 8,7% a 10,2% ao ano (2019 – 8,7% a 10,3% ao ano).

Os instrumentos de dívidas subordinadas que atendem aos requisitos da Resolução do CMN nº 4.192/13 devem ser destacados em conta distinta, na rubrica “instrumentos de dívidas elegíveis a capital”. Em 30 de junho, o montante referente a esses passivos é de R\$ 1.258.556 (2019 – R\$1.282.749). As demais operações continuam sendo registradas em “dívidas subordinadas”, inclusive aquelas que possuíam aprovação do BACEN para compor o Nível II de capital anterior à norma vigente.

O valor utilizado como Nível II (Nota 23 (b)) do patrimônio de referência da Instituição, após reduções aplicáveis de acordo com o prazo de vencimento das operações, é de R\$ 787.282 (2019 – R\$ 825.694).

**15. PROVISÕES**

A composição das Provisões é demonstrada abaixo:

	2020	2019
Provisão para contingências e obrigações legais (Nota 16)	1.016.941	979.561
Provisão para garantias financeiras prestadas (Nota 23 (h))	85	84
	<u>1.017.026</u>	<u>979.645</u>
Não circulante	<u>1.017.026</u>	<u>979.645</u>

**16. PROVISÕES – PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS E OBRIGAÇÕES LEGAIS**

(a) Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019, a Instituição apresentava os seguintes passivos relacionados a provisão para contingências e obrigações legais, e correspondentes depósitos e bloqueios judiciais:

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras  
em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019  
Em milhares de reais**

	Provisão para contingências e obrigações legais		Depósitos e bloqueios judiciais	
	2020	2019	2020	2019
Reclamações trabalhistas (Nota 16 (c))	80.012	80.750	14.766	11.940
Reclamações cíveis (Nota 16 (c))	222.320	221.438	62.447	60.871
Riscos fiscais (Nota 16 (c))	142.184	142.312	91.539	89.611
Obrigações legais (Nota 16 (c))	572.425	535.061	653.663	590.193
Total	1.016.941	979.561	822.415	752.615
Não circulante	1.016.941	979.561	822.415	752.615

(b) A movimentação da provisão para contingências e obrigações legais é demonstrada a seguir:

	Provisão para contingências e obrigações legais	
	30 de junho	31 de dezembro
	2020	2019
Saldo inicial	979.561	921.922
Constituição	84.744	87.608
Reversão (i)	(48.822)	(27.678)
Baixa	(7.422)	(14.468)
Atualização monetária	8.880	12.177
Saldo final (ii)	1.016.941	979.561

(i) Refere-se, principalmente, a reversão de provisão para contingências.

(ii) Saldos apresentados de acordo com o Balanço Patrimonial, sendo o impacto na Demonstração do Resultado de 30 de junho de 2020 o montante de R\$ 15.250 registrado em reversão/(despesas) de provisão (30 de junho de 2019 – R\$ 61.997) e o montante de R\$ 29.552 registrado em contribuição social (30 de junho de 2019 – R\$ 24.470).

A Administração da Instituição avalia as possibilidades de perdas, ajustando a provisão para contingências conforme requerido. Em 30 de junho, as principais contingências provisionadas estavam relacionadas a processos judiciais de ordens trabalhistas, fiscais e cíveis em andamento. Baseada na opinião de seus advogados, a administração mantém registradas provisões em montante considerado suficiente para fazer face a perdas decorrentes do desfecho destes processos.

(c) A natureza das provisões para contingências e obrigações legais pode ser sumariada como segue:

Reclamações trabalhistas – tratam-se de ações trabalhistas que envolvem pedidos de diferenças salariais, enquadramento na categoria de bancário/financeiro, pagamentos de horas extras, adicional de periculosidade, diferenças na participação nos lucros e resultados e os mais variados temas referentes ao contrato de trabalho, provisionadas com base na expectativa de êxito e valor discutido na ação judicial. As provisões consideram o risco da ação desde a sua fase inicial, através da análise das teses discutidas e das situações fáticas de cada caso, assim como os impactos da reforma trabalhista, em relação aos honorários e atualizações.

Reclamações cíveis – as principais ações estão relacionadas a reclamações de clientes, órgãos e entidades diversas de defesa do consumidor, nas quais pleiteiam a revisão das cláusulas contratuais consideradas por eles abusivas nas operações de financiamento, provisionadas considerando a expectativa de êxito e histórico de perdas da Instituição.

## Banco Volkswagen S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais

Riscos fiscais – referem-se, principalmente, à discussão quanto a cobrança de ISS sobre as operações de arrendamento mercantil financeiro de veículos no Município de São Paulo, no total de R\$ 67.281 (2019 - R\$ 68.866) e a discussão acerca da incidência de ISS sobre o valor residual garantido (VRG) de operações de arrendamento mercantil, no total de R\$ 37.962 (2019 – R\$ 37.962).

Obrigações legais – referem-se, principalmente, à discussão da inconstitucionalidade da majoração da alíquota da CSLL paga pelas instituições financeiras de 9% para 15% e, posteriormente, de 15% para 20% que somam o montante de R\$ 543.557 (2019 - R\$ 506.588) e à discussão quanto a inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo de PIS, totalizando o montante de R\$ 27.854 (2019 – R\$ 27.595).

#### (d) Passivos contingentes, classificados como perdas possíveis não provisionados

A Instituição tem ações de natureza tributária e cível, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição a seguir:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Tributárias		
IOF (i)	774.255	766.996
IRPJ/CSLL (ii)	323.909	285.856
ISS (iii)	360.793	350.638
Outros	110.091	85.083
	<u>1.569.048</u>	<u>1.488.573</u>
Cíveis		
Ações revisionais	549	10.798
	<u>549</u>	<u>10.798</u>

(i) Discussão acerca da incidência de IOF sobre o ingresso de valores em 2007, decorrente de reorganização societária do Grupo.

(ii) Discussão de IRPJ/CSLL e multa referente amortização de ágio dos períodos de 2008 a 2012, decorrente da incorporação da Volkswagen Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil pelo Banco Volkswagen S.A.

(iii) Discussão junto ao município de São Paulo acerca da incidência de ISS sobre o valor residual garantido e sobre os lucros na alienação de operações de arrendamento mercantil.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras  
em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019  
Em milhares de reais**

**17. OUTROS PASSIVOS**

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Sociais e estatutárias (Nota 18)	-	539.105
Impostos e contribuições a pagar	519.185	311.158
Resultado de exercícios futuros	110.933	176.005
Contratos de financiamentos a pagar	47.789	52.664
Contas a pagar	77.483	81.387
Recebimentos em trânsito a processar	42.080	28.686
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	20	5.086
Outras	15.690	24.898
<b>Total</b>	<u>813.180</u>	<u>1.218.989</u>
Circulante	<u>678.967</u>	<u>1.028.553</u>
Exigível a longo prazo	<u>134.213</u>	<u>190.436</u>

**18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

O capital social, totalmente subscrito, integralizado e aprovado pelo BACEN é representado por 312.956.418 (2019 - 312.956.418) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Do lucro líquido do período, 5% se aplicam, antes de qualquer outra destinação, para constituição da reserva legal, que não pode exceder a 20% do capital social. Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido do exercício, ajustado após destinações previstas na legislação societária brasileira.

Na Assembleia Geral Extraordinária de 31 de dezembro de 2019, foram tomadas as seguintes deliberações:

- (i) Distribuição de dividendos, relativo ao ano corrente, a título de antecipação de dividendos obrigatórios, no montante de R\$ 151.038;
- (ii) Distribuição de dividendos mediante utilização de Reserva Especial de Lucros no montante de R\$ 388.067. Ambos valores foram pagos no primeiro semestre de 2020.

**19. LUCRO POR AÇÃO**

A tabela a seguir demonstra o cálculo do lucro líquido por ação atribuído aos acionistas do Banco para os semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2019:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
<b>Numerador</b>		
Lucro líquido do semestre	106.664	295.443
<b>Denominador</b>		
Média ponderada do número de ações	312.956	312.956
Lucro líquido por ação	0,34	0,94

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras  
em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019  
Em milhares de reais**

**20. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

Os créditos tributários foram constituídos pela aplicação das alíquotas de IRPJ e de CSLL sobre suas respectivas bases. A Instituição utilizou a alíquota de IRPJ (25%) vigente, e a alíquota de CSLL (20%) majorada por meio da Emenda Constitucional nº 103, promulgada em novembro de 2019, conforme Parágrafo 2º do Art. 1º da Circular nº 3.171/02 do Banco Central do Brasil. O saldo é de R\$ 1.293.740 (2019 - R\$ 1.101.637)

**(a) Créditos tributários - período de realização**

	<u>2020</u>	<u>2021</u>	<u>2022</u>	<u>2023</u>	<u>2023</u>	<u>De 2025 a 2030</u>	<u>Total</u>
Imposto de renda e contribuição social	206.727	195.931	296.265	75.702	75.702	443.413	1.293.740

De acordo com a Circular BACEN nº 3.959/19, os saldos dos créditos tributários de 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019, foram classificados no Balanço Patronial, em ativo não circulante.

O valor presente dos créditos tributários no período totaliza R\$ 1.029.071 (2019 - R\$ 900.754) descontados à taxa média de captação, líquido dos efeitos tributários.

**(b) Movimentação dos créditos tributários e dos passivos tributários diferidos**

	<u>Créditos tributários</u>		<u>Passivos tributários diferidos</u>	
	<u>30 de junho 2020</u>	<u>31 de dezembro 2019</u>	<u>30 de junho 2020</u>	<u>31 de dezembro 2019</u>
Saldo inicial	1.101.637	906.057	155.864	136.561
Constituição	321.106	208.916	25.649	19.303
Realização	(129.003)	(13.336)	(16.165)	-
Saldo final (i)	<u>1.293.740</u>	<u>1.101.637</u>	<u>165.348</u>	<u>155.864</u>

(i) Saldos apresentados de acordo com o Balanço Patrimonial, sendo o impacto na Demonstração do Resultado do primeiro semestre de 2019 de R\$ 5.951 de realização para o Crédito Tributário e de R\$ 8.505 de constituição para o Passivo tributário diferido.

**(c) Conciliação dos encargos de imposto de renda e contribuição social**

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras  
em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019  
Em milhares de reais**

---

	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Resultado antes da tributação	147.588	473.017
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(66.415)	(189.207)
Efeitos do imposto de renda e contribuição social sobre:		
Adições (exclusões) permanentes e temporárias	(5.665)	(5.704)
Equivalência patrimonial (Nota 8)	18.738	16.852
Efeito majoração da CSLL (5%) – crédito tributário	12.804	-
Deduções de incentivos fiscais	1.897	-
Outros	(2.283)	485
Imposto de renda e contribuição social nos semestres	(40.924)	(177.574)

**21. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**

**Banco Volkswagen S.A.****Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras  
em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019  
Em milhares de reais**

	<b>Ativo (Passivo)</b>		<b>Receita (Despesa)</b>	
	<b>2020</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
<b>Volkswagen Serviços Ltda.</b>				
Depósitos a prazo	(16.748)	(6.756)	(185)	(625)
<b>Consórcio Nacional Volkswagen - Administradora de Consórcio Ltda.</b>				
Depósitos a prazo	(506.589)	(461.268)	(8.312)	(15.763)
<b>Volkswagen Corretora de Seguros Ltda.</b>				
Depósitos a prazo	(12.659)	(19.733)	(220)	(1.153)
<b>Volkswagen Administradora de Negócios Ltda.</b>				
Depósitos a prazo	(2.358)	(6.394)	(83)	(493)
<b>Simple Way Locações e Serviços Ltda.</b>				
Depósitos a prazo	(12.061)	(6.177)	(122)	(845)
<b>Volkswagen Participações Ltda.</b>				
Depósitos a prazo	(557.729)	(23.972)	(7.475)	(475)
Sociais e estatutárias	-	(539.105)	-	-
Contas a pagar	(7.735)	(14.710)	-	-
Outras despesas administrativas	-	-	(72.020)	(72.206)
<b>Fleetzil Locações e Serviços Ltda.</b>				
Depósitos a prazo	(162.030)	(66.578)	(1.939)	(470)
Operação de crédito	129.497	-	148	-
<b>Volkswagen do Brasil Indústria de Veículos Automotores Ltda.</b>				
Depósitos a prazo	(4.435.098)	(1.675.068)	(42.414)	(16.551)
Letras financeiras subordinadas	(1.962.605)	(1.956.403)	(88.672)	(86.382)
<b>MAN Latin América Indústria e Comércio de Veículos Ltda.</b>				
Depósitos a prazo	(1.177.819)	(463.048)	(12.670)	(12.391)
Contas a receber – valores a ressarcir	477	477	-	1.641

As transações com partes relacionadas foram contratadas a taxas compatíveis com as praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações, levando-se em consideração a redução de risco. Não há lucros não realizados financeiramente entre as partes relacionadas.

**Remuneração do pessoal-chave da administração**

Pessoal-chave da administração são as pessoas com autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Instituição, composto pelos diretores e membros do Comitê Executivo.

A remuneração proporcional dos serviços prestados à Instituição no período corresponde a:

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras  
em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019  
Em milhares de reais**

	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Benefícios de curto prazo	6.101	4.747
Benefícios pós-emprego	87	72
Outros benefícios de longo prazo	412	314
	<u>6.600</u>	<u>5.133</u>

A remuneração do pessoal chave da administração é paga por uma das empresas do Grupo.

## 22. VALOR JUSTO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

### (a) Comparativo do valor contábil e valor justo

A tabela a seguir resume o valor contábil e o valor justo estimado dos instrumentos financeiros:

	<b>Em 30 de junho de 2020</b>		<b>Em 31 de dezembro de 2019</b>	
	<b>Valor contábil</b>	<b>Valor justo</b>	<b>Valor contábil</b>	<b>Valor justo</b>
Caixa e equivalentes de caixa	4.654.832	4.654.832	830.897	830.897
Ativos financeiros disponível para venda	71.369	71.369	97.932	97.932
Instrumentos financeiros derivativos	1.141	1.141	918	918
Operações de crédito e arrendamento mercantil	16.684.561	16.428.145	16.931.810	16.813.266
Outros ativos (ii)	158.081	158.081	149.284	149.284
<b>Total de ativos financeiros</b>	<b><u>21.569.984</u></b>	<b><u>21.313.568</u></b>	<b><u>18.010.841</u></b>	<b><u>17.892.297</u></b>
Recursos de instituição financeira	4.711.292	4.711.292	4.711.434	4.711.434
Recursos de clientes	10.472.939	10.472.940	6.265.743	6.265.743
Recursos de aceites e emissão de título	2.504.131	2.504.131	2.726.522	2.726.522
Instrumentos financeiros derivativos	25.882	25.882	9.483	9.483
Dívidas subordinadas	1.962.605	1.533.670	1.956.403	1.628.931
Outros passivos	253.706	253.706	342.900	342.900
<b>Total de passivos financeiros</b>	<b><u>19.930.555</u></b>	<b><u>19.501.621</u></b>	<b><u>16.012.485</u></b>	<b><u>15.685.013</u></b>

i) Para operações a taxa pós-fixada, o valor contábil aproxima-se do valor justo. Para operações a taxa pré-fixada, o valor justo foi determinado através do desconto dos fluxos de caixa estimados pela taxa média atual de juros praticada pela Instituição em operações similares.

ii) O valor contábil das dívidas subordinadas é baseado em taxas contratuais, as quais foram definidas por estudos macroeconômicos para a determinação de taxas fixas de juros para operações de longo prazo. O valor justo foi determinado através do desconto dos fluxos de caixa estimados pela taxa média atual para operações similares.

iii) As obrigações por empréstimos e repasses referem-se a:

- Financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES"), na modalidade FINAME, indexadas à TJLP, bem como captação de empréstimos no mercado, cujo valor contábil aproxima-se do valor justo.
- Empréstimos no exterior, itens objeto de hedge, cujo valor contábil aproxima-se do valor justo.



**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras  
em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019  
Em milhares de reais**

- Operações de transferência de ativos financeiros sem desreconhecimento, pós-fixadas, cujo valor contábil aproxima-se do valor justo.

**(b) Hierarquia do valor justo**

Ao determinar e divulgar o valor justo dos instrumentos financeiros, a Instituição utiliza a hierarquia a seguir:

Nível 1: preços cotados, não ajustados, em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nível 2: informações que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1.

Nível 3: dados não observáveis para ativos ou passivos.

A tabela a seguir apresenta a composição da hierarquia dos instrumentos financeiros da Instituição, mensurados ao valor justo:

	<b>Em 30 de junho de 2020</b>				
	<b>Valor</b>	<b>Nível 1</b>	<b>Nível 2</b>	<b>Nível 3</b>	<b>Total</b>
Ativos financeiros disponível para	71.369	71.369	-	-	71.369
Instrumentos financeiros derivativos	1.141	-	1.141	-	1.141
<b>Total de ativos financeiros</b>	<b>72.510</b>	<b>71.369</b>	<b>1.141</b>	<b>-</b>	<b>75.510</b>
Instrumentos financeiros derivativos	25.882	-	25.882	-	25.882
<b>Total de passivo financeiros</b>	<b>25.882</b>	<b>-</b>	<b>25.882</b>	<b>-</b>	<b>25.882</b>

	<b>Em 31 de dezembro de 2019</b>				
	<b>Valor</b>	<b>Nível 1</b>	<b>Nível 2</b>	<b>Nível 3</b>	<b>Total</b>
Ativos financeiros disponível para	97.932	97.932	-	-	97.932
Instrumentos financeiros derivativos	918	-	918	-	918
<b>Total de ativos financeiros</b>	<b>98.850</b>	<b>97.932</b>	<b>918</b>	<b>-</b>	<b>98.850</b>
Instrumentos financeiros derivativos	9.483	-	9.483	-	9.483
<b>Total de passivo financeiros</b>	<b>9.483</b>	<b>-</b>	<b>9.483</b>	<b>-</b>	<b>9.483</b>

**23. OUTRAS INFORMAÇÕES**

**(a)** Em atendimento à Resolução do CMN nº 4.557/17, a Instituição possui uma estrutura de Gerenciamento de Riscos e uma de Gerenciamento de Capital, compatíveis com a natureza de suas operações e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos aos seus clientes.

As estruturas de gerenciamento de riscos e de gerenciamento de capital foram constituídas em unidades independentes das áreas de negócios e da auditoria interna, e são subordinadas às Diretorias de Risco e de Back Office, respectivamente:

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras  
em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019  
Em milhares de reais**

---

(i) Risco de Crédito – define-se como a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes do não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos acordados em contratos. Visando a mitigação e controle, a Instituição estabeleceu políticas internas e processos para acompanhamento periódico das atividades de crédito, monitoramento do risco e identificação de novos componentes que ofereçam riscos de crédito;

(ii) Risco Operacional – define-se como a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. Visando a mitigação e o controle, foram estabelecidas metodologias, políticas e procedimentos internos para identificação e monitoramento do risco operacional, além da disseminação da cultura de gerenciamento de riscos. A Instituição captura e registra as perdas operacionais em banco de dados, apoia a definição e captura os indicadores chave de risco operacional para acompanhamento dos níveis de risco aceitáveis, avalia e monitora os riscos decorrentes de serviços terceirizados relevantes, estabelece um plano de contingência que assegure a continuidade das atividades críticas, contemplando testes e revisões periódicas;

(iii) Risco de Taxa de Juros – define-se como o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da Instituição, para os instrumentos classificados na carteira bancária. Atendendo às recomendações e normas dos órgãos reguladores e utilizando-se de metodologias e modelos alinhados às melhores práticas de mercado, o risco de taxa de juros é mensurado, avaliado e monitorado, de acordo com as políticas, diretrizes e limites operacionais aprovados pela Alta Administração;

(iv) Risco de Liquidez – define-se como a possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, bem como a possibilidade de a Instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido a seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade de mercado. Atendendo às recomendações e normas dos órgãos reguladores, e utilizando-se de metodologias e modelos alinhados às melhores práticas de mercado, o risco de liquidez é mensurado, avaliado e monitorado, de acordo com as políticas, diretrizes e limites operacionais aprovados pela Alta Administração;

(v) Risco Socioambiental – define-se risco socioambiental como a possibilidade de ocorrência de perdas oriundas de danos socioambientais, a fim de determinar estas perdas financeiras, e para tal, são considerados também aspectos legais, de risco de crédito e de reputação. Visando a mitigação e controle, foram estabelecidas metodologias, políticas, procedimentos internos, buscando prover condições para o tratamento adequado das questões socioambientais dentro do escopo definido.

(vi) Gerenciamento de Capital – a Instituição possui uma estrutura para gerenciamento de capital, cujo objetivo é monitorar e controlar o capital mantido pela Instituição, avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita e realizar o planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição. As decisões sobre políticas e estratégias para gestão do capital e seu monitoramento são realizadas em comitês gerenciais, cabendo ao Comitê Executivo o papel de supervisão para assegurar que o nível de capital aprovado e requerido está sendo seguido. O plano de capital é realizado para um horizonte de cinco anos, a fim de suportar a estratégia de longo prazo da Instituição.

Maiores detalhes sobre a estrutura de gerenciamento de riscos e de capital estão disponíveis no site: <https://www.vwfs.com.br/volkswagen-financial-services/relacionamento-investidor/gestao-de-risco.html>

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras  
em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019  
Em milhares de reais**

**(b) Gestão de capital**

A gestão de capital é baseada em informações do Conglomerado Prudencial, que, conforme definido pela Resolução do CMN nº 4.280/13, inclui Banco Volkswagen S.A., a instituição líder, Consórcio Nacional Volkswagen – Administradora de Consórcio Ltda, e fundos de investimentos em direitos creditórios – nos quais a Instituição assume substancialmente os riscos e benefícios.

A adequação do capital e o uso de capital regulatório são monitorados pela administração por meio de técnicas baseadas em orientações estabelecidas pelo Acordo de Basileia, na forma implementada pelo CMN e BACEN, para fins de supervisão. As informações exigidas são mensalmente submetidas ao órgão competente. O Patrimônio de Referência do Conglomerado Prudencial está dividido em dois níveis:

(a) Nível I: composto pelo capital principal, apurado a partir do capital social, reserva de lucros, lucros acumulados do período (apresentados como “Patrimônio líquido” no quadro abaixo), e ajustes prudenciais referentes a saldos de ativos intangíveis constituídos a partir de 1º de outubro de 2013, créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias e decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, após regras descritas no art. 5º da Resolução do CMN nº 4.192/13.

(b) Nível II: Composto por dívidas subordinadas que atendem aos requisitos da Resolução do CMN nº 4.192/13 e também aquelas aprovadas pelo BACEN de acordo com a norma anterior.

Os ativos ponderados pelo risco são determinados de acordo com a natureza de cada ativo e sua contrapartida, além de refletir uma estimativa de riscos de crédito, mercado e outros riscos associados. Um tratamento similar é adotado para exposição não registrada contabilmente, com alguns ajustes efetuados para refletir a natureza mais contingente das perdas potenciais.

O risco operacional foi calculado pelo método da abordagem padronizada alternativa.

Evolução do Patrimônio de Referência mínimo requerido para o Conglomerado Prudencial:

	<b>2020</b>	<b>2019</b>
<b>Total do patrimônio de referência - PR <sup>(1)</sup></b>	<b>3.411.110</b>	<b>3.352.242</b>
<b>Nível I</b>	<b>2.623.828</b>	<b>2.526.548</b>
Capital principal	2.623.828	2.526.548
Patrimônio líquido	2.730.096	2.627.089
Ajustes prudenciais	(106.268)	(100.541)
<b>Nível II</b>	<b>787.282</b>	<b>825.694</b>
Instrumentos de dívida subordinada	787.282	825.694
<b>Ativos ponderados pelo risco - RWA</b>	<b>18.075.846</b>	<b>18.460.220</b>
Risco de crédito por abordagem padronizada - RWAcpad <sup>(2)</sup>	16.899.483	17.302.454
Risco operacional por abordagem padronizada alternativa - RWAopad <sup>(3)</sup>	1.176.363	1.157.766
<b>Índice de Basileia - Total</b>	<b>18,87%</b>	<b>18,16%</b>
Capital nível I	14,52%	13,69%
Capital principal	14,52%	13,69%
Capital nível II	4,36%	4,47%

(1) Conforme Resolução do CMN nº 4.192/13;

(2) Conforme Circular BACEN nº 3.644/13;

(3) Conforme Circular BACEN nº 3.640/13.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras  
em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019  
Em milhares de reais**

O índice de Basileia no Brasil é definido pela relação mínima de 10,5% entre o total do PR e os ativos ponderados pelo risco (RWA), de 7,0% entre o capital principal e o RWA, e de 8,5% entre o nível I do PR e o RWA para o semestre encerrado em 30 de junho 2020.

O índice de Basileia do foi de 18,8% e os índices de Capital Principal e Nível I foram de 14,5% em 30 de junho de 2020.

**(c) Outras despesas administrativas**

	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Despesas com serviços especializados	111.586	99.257
Despesas com registro de contrato	21.756	25.796
Despesas com publicidade	1.053	840
Despesas com depreciação e amortização	3.359	4.089
Despesas de comunicação e manutenção	2.314	3.943
Outras despesas administrativas	2.015	1.354
	<u>142.083</u>	<u>135.279</u>

**(d) Outras receitas operacionais**

	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Recuperação de encargos e despesas (i)	16.418	21.066
Reversão de provisões (ii)	24.825	1.308
Variação monetária ativa	12.245	15.605
Outras receitas operacionais	4.329	75
	<u>57.817</u>	<u>38.054</u>

(i) Refere-se, principalmente, à recuperação de créditos de PIS e COFINS calculados sobre despesas de comissões.

(ii) Refere-se, a reversão de provisões ativas.

**(e) Outras despesas operacionais**

	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Despesas com descontos concedidos	86.723	127.926
Despesas com comissões	52.526	73.903
Despesas com provisões operacionais (i)	36.912	415
Despesas com busca e apreensão	20.210	12.912
Outras despesas operacionais	18.185	12.762
	<u>214.556</u>	<u>227.918</u>

(i) Referem-se, principalmente, à despesas com provisões para outros passivos.

**(f) Rendas de tarifas bancárias**

Referem-se, principalmente, às tarifas de confecção de cadastro, apropriadas ao resultado quando da efetivação das operações.

**(g) Resultado não operacional**

Refere-se, principalmente, ao resultado negativo na alienação de bens não de uso no montante de R\$ 2.000 (2019 – R\$ 5.642), e despesa com destinação de parte do imposto de renda – incentivos fiscais no montante de R\$ 2.567 (2019 – Nil).

**(h) Avais e fianças**

Referem-se à carta de fiança bancária emitida pela Instituição, com a finalidade de garantir débitos discutidos nos processos judiciais. O saldo em 30 de junho de 2020 totaliza R\$ 8.516 (2019 - R\$ 8.369), cuja provisão é de R\$ 85 (2019 - R\$ 84), em conformidade com a Resolução do CMN nº 2.682/99.

**24. EVENTOS SUBSEQUENTES**

**Adesão ao Sistema de Pagamentos Brasileiros e captação de recursos junto ao Banco Central do Brasil.**

O Banco Volkswagen ingressou como participante do SPB - Sistema de Pagamentos Brasileiro, sob código da instituição financeira 393 - Banco Volkswagen, com conta reserva própria no BACEN.

Com a adesão ao Sistema de Pagamentos Brasileiro, o Banco Volkswagen se tornou elegível à Linha Temporária Especial de Liquidez (LTEL) e efetuou captação via Letra Financeira Garantida (LFG) junto ao Banco Central do Brasil no valor de R\$ 340.000, com data de início no dia 04 de setembro de 2020 e data de vencimento no dia 27 de agosto de 2021, indexado em 100% de Selic + 0,60% a.a..

**25. INFORMAÇÕES SUPLEMENTARES**

O primeiro semestre de 2020 se destacou por ser um período desafiador devido à pandemia causada pelo Covid-19, iniciada no final do primeiro trimestre de 2020. O Banco Volkswagen, por sua vez, manteve seu foco em manter a carteira suportando nossos clientes neste momento difícil.

Os impactos futuros relacionados à pandemia, os quais possuem certo grau de incerteza quanto à sua duração e severidade e que, portanto, não podem ser mensurados com precisão neste momento, continuarão a ser acompanhados pela Administração.

**DIRETORIA**

JORG MICHAEL PAPE

RODRIGO OTÁVIO ROCHA CAPURUÇO

**CONTADOR**

LEONARDO BUCSAN EMRICH  
Contador - CRC MG-088837/O-0

\*

\*

\*

**BANCO VOLKSWAGEN S.A.**

**C.N.P.J.M.F. nº 59.109.165/0001-49**

**N.I.R.E. nº 35.300.060.091**

**RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA**

Em atendimento à Resolução nº 3198/2004, do Conselho Monetário Nacional, e suas alterações posteriores, em Assembleia Geral Extraordinária do Banco Volkswagen S.A. ("Banco Volkswagen") realizada em 27.03.2009, foi aprovada a criação do Comitê de Auditoria do Banco Volkswagen.

Nos termos do Estatuto Social do Banco Volkswagen, o Comitê de Auditoria é composto, atualmente, por 02 (dois) membros, devidamente qualificados nos atos que os elegeram: Srs. Jörg Michael Pape, eleito como Presidente na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 08 de novembro de 2019, e Rodrigo Otávio Rocha Capuruço, eleito como Membro Qualificado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15 de fevereiro de 2019, e reeleito na Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2019, ambos com mandato até a Assembleia Geral Ordinária de 2021.

Atuando com independência e em consonância com as disposições do Estatuto Social do Banco Volkswagen, do Regimento Interno do Comitê de Auditoria, e da regulamentação aplicável, o Comitê de Auditoria tem como principais atribuições: (i) avaliar a qualidade e efetividade do sistema de controles internos e do gerenciamento de riscos do Banco Volkswagen; (ii) avaliar a efetividade, qualificação e independência dos trabalhos desenvolvidos pelas Auditorias Interna e Independente; e (iii) analisar a qualidade e integridade das demonstrações financeiras do Banco Volkswagen elaboradas pela Administração.

As avaliações do Comitê de Auditoria estão baseadas, primordialmente, nas apresentações efetuadas pelas diversas Superintendências e no resultado dos trabalhos das Auditorias Interna e Independente.

A Administração é responsável pelas políticas, processos e procedimentos adotados na elaboração das demonstrações financeiras do Banco Volkswagen e na originação das informações utilizadas em sua elaboração. A Administração é, também, responsável pelas políticas, processos e procedimentos de controles internos que assegurem o adequado controle e monitoramento dos riscos do Banco Volkswagen e pela conformidade de suas atividades às normas legais e regulamentares.

A Auditoria Interna atua de forma independente na realização de trabalhos de avaliação (i) da efetividade e a eficiência dos sistemas e processos de controles internos, de gerenciamento de riscos e de governança corporativa, (ii) da confiabilidade, a efetividade e a integridade dos processos e sistemas de informações gerenciais, (iii) do cumprimento de dispositivos legais e regulamentares, às recomendações dos organismos reguladores e aos códigos de conduta internos, (iv) da salvaguarda dos ativos e as atividades relacionadas à função financeira da instituição, (v) das atividades, os sistemas e os processos recomendados ou determinados pelo Banco Central do Brasil, e (vi) da estrutura de gerenciamento de riscos e à estrutura de gerenciamento de capital.

A Ernst & Young Auditores Independentes é responsável pela auditoria das demonstrações contábeis e emissão de opinião sobre a sua adequação, em todos os aspectos relevantes, em relação à posição patrimonial e financeira do Banco Volkswagen, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Avalia, também, como resultado de seus trabalhos, a qualidade e adequação do sistema de controles internos e o cumprimento de dispositivos legais e regulamentares.

Dentre as atividades exercidas pelo Comitê de Auditoria no decorrer do semestre findo em 30 de junho de 2020, destacam-se: (i) a revisão das demonstrações financeiras relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2020, incluindo notas explicativas, relatório da Administração e parecer da Auditoria

Independente; (ii) o acompanhamento da efetividade das Auditorias Interna e Independente, inclusive quanto à definição e consecução de seus planos de trabalhos e à verificação do cumprimento de dispositivos legais e regulamentares aplicáveis ao Banco Volkswagen, além de regulamentos e políticas internas; (iii) o acompanhamento das providências tomadas para atendimento às recomendações decorrentes dos trabalhos do Auditor Independente, do Auditor Interno, bem como aquelas oriundas dos órgãos reguladores; (iv) a avaliação dos Principais Assuntos de Auditoria (PAA) da Auditoria Independente; (v) a avaliação da efetividade dos sistemas de gestão de riscos e de controles internos do Banco Volkswagen; (vi) a realização de reuniões periódicas com executivos das áreas de gestão de riscos, tecnologia, jurídico, tributário, compliance, contabilidade, controles internos, atendimento ao cliente e ouvidoria com o objetivo de avaliar a qualidade e efetividade de assuntos como gestão integrada de riscos, capital regulatório, alterações regulatórias e normativas, cumprimento dos dispositivos legais e regulamentares, inspeções e observações de órgãos reguladores, conduta, atendimento a clientes, e acompanhamento do contencioso fiscal, trabalhista e cível; e (vii) examinar e aprovar o conteúdo do Relatório do Comitê de Auditoria, referente às atividades desenvolvidas relativas à mesma data-base, este Resumo e demais atividades pertinentes a este fórum.

Durante o desenvolvimento de suas atividades o Comitê de Auditoria formulou, sempre que julgou necessário, recomendações à Administração com objetivo de robustecer o ambiente de controles internos.

A política de independência e os trabalhos desenvolvidos pela Auditoria Independente no semestre findo em 30 de junho de 2020 também foram avaliados pelo Comitê de Auditoria, que constatou não haver evidências ou fatos que possam prejudicar sua atuação, sua opinião sobre a integridade das demonstrações financeiras e a postura independente de suas ações.

As atividades da Auditoria Interna foram acompanhadas pelo Comitê de Auditoria por meio de reuniões periódicas e da aprovação e da execução de seu plano anual e do acompanhamento de suas principais conclusões, relativos ao semestre findo em 30 de junho de 2020, que constatou que os trabalhos produzidos pela Auditoria Interna têm respondido adequadamente às demandas do Comitê de Auditoria para formar sua opinião sobre os riscos e controles da organização.

Por todo o exposto, conclui o Comitê de Auditoria que: (i) os sistemas de gestão de riscos e controles internos são compatíveis com a natureza, o porte, a complexidade, a estrutura, o perfil de risco e o modelo de negócio do Banco Volkswagen, não tendo sido detectadas deficiências relevantes que possam impactar sua efetividade; (ii) os trabalhos realizados pelas Auditorias Interna e Independente do Banco Volkswagen são satisfatórios, possuem qualidade e transparência; e (iii) as demonstrações financeiras do Banco Volkswagen relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2020 encontram-se em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Em vista dos resultados dos trabalhos e avaliações que desenvolveu e com base no parecer da Auditoria Independente, o Comitê de Auditoria, ponderadas suas responsabilidades e as limitações decorrentes do contexto e alcance de sua atuação, recomenda à Diretoria a aprovação das demonstrações financeiras do semestre findo em 30 de junho de 2020.

São Paulo, 28 de setembro de 2020.

Comitê de Auditoria

Jörg M. Pape - Presidente

Rodrigo O. R. Capuruço – Membro Qualificado